

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Adiely Fernanda Barbosa

A HEGEMONIA NEOLIBERAL E OS GOVERNOS DE ESQUERDA NO BRASIL

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).

Orientador. Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora
2019

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **Adiely Fernanda Barbosa**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673163A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A HEGEMONIA NEOLIBERAL E OS GOVERNOS DE ESQUERDA NO BRASIL**, desenvolvido durante o período de 05/08/2019 a 27/11/2019 sob a orientação de **Luiz Antônio da Silva Peixoto**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Adiely Fernanda Barbosa

A HEGEMONIA NEOLIBERAL E OS GOVERNOS DE ESQUERDA NO BRASIL

Adiely Fernanda Barbosa¹

RESUMO

O presente artigo discursa a respeito do período da redemocratização no Brasil e com ela, a ascensão do neoliberalismo como nova forma de dominação da burguesia. Traremos primeiramente o conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci, esclarecendo as manifestações dessa dominação de forma político-econômico e cultural, para em seguida apresentar o conceito de “Hegemonia às avessas” da qual fala Francisco de Oliveira, para se compreender como o projeto neoliberal atinge as classes subalternas, tendo por base a atuação dos governos de esquerda que acataram com as práticas que favorecem as classes dominantes.

Palavras Chave: Hegemonia - Neoliberalismo - Hegemonia às Avessas - Partido dos Trabalhadores.

Introdução

No cenário político-social, onde o conservadorismo moral ganha espaço na produção acadêmica brasileira, bem como as concepções do campo econômico se aproximam cada vez mais da tradição liberal, por certo é um fenômeno que não se demonstra apenas nas eleições de 2018, mas sim, é algo que vem se construindo há anos na história do Brasil. A valorização do setor privado na economia, e a falta de investimento nas áreas sociais, são algumas das características que representam o projeto político que ascende com o novo governo. O campo abertamente de direita que se demonstra em expansão em diversos setores da sociedade, embora não seja homogêneo, possui um objetivo em comum, este que é combater a suposta "hegemonia da esquerda".

Em um trecho de um artigo de professores da pós-graduação da UFJF, tem-se "como todos os conceitos políticos, direita e esquerda são atravessados por disputas em torno da sua própria definição. O confronto em torno das definições conceituais é parte da própria luta política."² É necessário destacar que a definição dos conceitos de esquerda e direita necessitam de um referencial histórico, abarcando uma discussão teórica que se demonstra objetivamente na realidade, e não são termos de caráter imutável. Essa chamada hegemonia da esquerda que acontece no Brasil, aos olhos dos neoconservadores da direita contemporânea se concentra no Partido dos Trabalhadores (PT) e o poder político que obteve desde sua criação até mesmo após a prisão do seu maior líder, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

A história do Partido dos Trabalhadores nasce em meio à ditadura, onde no ABC de São Paulo, metalúrgicos se organizaram na luta em defesa de seus direitos. O movimento que ganha força é responsável por importantes mobilizações e greves que tiveram apoio em todo país, também essencial na fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, a CUT. Lincon Secco em seu livro “A história do PT”, afirma que o partido dá início ao que chama de “novo sindicalismo”, numa atuação que, ainda em São Paulo, compõe militantes de esquerda, setores da igreja, intelectuais liberais, e operários. Partindo de uma visão classista, o início da formação do partido reuniu diferentes categorias da sociedade, buscando uma formulação própria da teoria do socialismo, demonstrando uma contradição já no início da composição do PT. É este o partido que futuramente se tornaria o “vilão” daqueles que compõem o campo da direita, e em 2016 fora registrado como o segundo partido com maior número de filiados do Brasil.

Baseando-se neste quadro, onde o pensamento liberal somado ao conservadorismo moral toma grandes proporções, podendo dizer, de forma explícita após o fim da maior era em que a esquerda se manteve no poder. No presente artigo sob a luz do materialismo histórico dialético, buscaremos primeiramente discutir o conceito de hegemonia cultural, trabalhado principalmente pelo membro-fundador do Partido Comunista da

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: dlyfbarbosa@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Luiz Antônio da Silva Peixoto

²CHALOUB, Jorge. LIMA, Pedro. PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF. 2018. (p. 10)

Itália, Antônio Gramsci, o marxista que mais colaborou para a construção desse termo. Pois se na atual conjuntura brasileira podemos observar um pensamento predominante em diversos setores da nossa sociedade, ganhando repercussão na organização da sociedade civil, nas práticas políticas do governo, nas concepções religiosas, e nas maiores redes midiáticas, então precisamos falar sobre hegemonia.

Para melhor compreensão da hegemonia no cenário nacional, durante o período da mais nova democracia que a sociedade brasileira se encontra, traremos Chico de Oliveira e sua definição de "Hegemonia às avessas". A contribuição de Gramsci para o conceito de hegemonia, é feita através de sua visão sobre o contexto da ascensão do fascismo na Itália, onde o exercício do poder através da cultura é efetuado pela classe dominante, logo, o trabalho de Chico propõem adquirir da proposta de Gramsci sobre a hegemonia cultural e adaptá-las ao contexto do Brasil. Francisco de Oliveira, entre outros autores, no livro "Hegemonia às Avessas", trata da ascensão do Partido dos Trabalhadores e sua política de conciliação, demonstrando que a classe dominante brasileira aceita ceder um espaço as classes subalternas, esse espaço é a direção moral da sociedade, que antes ficava a cargo da burguesia, surgindo no Brasil uma nova forma de Hegemonia, como expresso no próprio título do livro, essa forma de dominação será chamada de Hegemonia às Avessas.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir tanto as providências e posições tomadas pelo governo petista, como o seu impacto na formação sociocultural do país. Iremos analisar o PT conforme um governo de esquerda ou centro-esquerda, do qual realiza privatizações e medidas burocráticas alinhadas ao neoliberalismo em prol do mercado, criando um consenso entre a burguesia e as classes subalternas a favor de manter um modelo de democracia, vamos observar que apesar do partido dos trabalhadores atingir a classe dos operários, a reprodução de seu projeto não se compromete com a classe trabalhadora lidando com o cerne de seus problemas, ou seja, não houve um rompimento com a hegemonia dos valores que asseguram a manutenção do capitalismo, ao contrário, abriu as portas para que se enraizasse um novo tipo de dominação, que se instaura nas crenças e valores do campo da cultura.

Assim sendo, conforme o PT adere aos valores da burguesia diretamente ligados à abertura do mercado e das privatizações, exclui a possibilidade de uma "contra-hegemonia" conforme defende Gramsci. Marilena Chauí diz em uma aula sobre Gramsci: " a hegemonia não é uma ação partidária, a hegemonia é uma ação de classe, ele fala numa hegemonia burguesa na Itália e na necessidade de construir uma contra-hegemonia, não propôs nunca uma hegemonia da esquerda, nem uma hegemonia dos trabalhadores."³ E continua dizendo que é necessário "desmontar o intelectual orgânico da classe dominante e criar o intelectual orgânico da classe trabalhadora, que é o próprio trabalhador", ou seja, mesmo que setores da direita brasileira insistam em culpabilizar o PT como responsável principal pelos "males" do Brasil, seja a crise econômica, ou a corrupção no país, a "hegemonia não é uma ação partidária", ela vem de um longo processo histórico que parte de ideias que condicionam objetivamente a vida concreta de todo sujeito, do qual o Partido dos Trabalhadores não esteve isento, dessa forma se adequa a essa hegemonia, e por conseguinte, assume com ela muitas contradições que fazem parte da estrutura hegemônica capitalista, tal como as crises e a corrupção.

Nessas condições o PT não poderia propor uma contracultura ou propiciar condições para a criação do trabalhador de pensamento contra-hegemônico, como sujeito ativo e transformador da realidade, do qual Gramsci defende e aponta Chauí, pois este se torna dependente do próprio sindicalismo criado pelo partido. O que abre as portas para um "consenso passivo" termo usado por Gramsci, para descrever o fenômeno das classes subalternas consentirem a ideologia predominante sem o questionamento e a compreensão da historicidade que este trabalhador está inserido. Por fim, veremos que está aqui a facilidade da ascensão do discurso fascista no Brasil, a medida que a esquerda que conquistara o poder não se diferenciou da hegemonia liberal posta para sustentar as estruturas capitalistas, dando início ao reinado do conservadorismo moral que elege o atual governo para impor políticas de cortes, repressão e supressão de direitos do atual governo que avança num ritmo frenético em nosso país.

1. O conceito de Hegemonia em Gramsci

No capítulo I do Manifesto Comunista, Marx e Engels escrevem no primeiro parágrafo: "A história de

3CHAUÍ, Marilena. Aula de Marilena Chauí sobre Antônio Gramsci. 2014. (0m25s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gmcEbWEqTYI>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

toda a sociedade até aqui é a história da lutas de classes". Esta frase compartilha a noção de que tem-se marcado na história da humanidade, a divisão de grupos que possuem interesses antagônicos e conflitantes, neste caso, "luta de classes" é um fenômeno que ocorre devido ao tensionamento entre esses grupos, tendo como resultado a dominação de um grupo sobre outro. Na divisão da sociedade em classes, a classe dominante é aquela que controla a direção de toda sociedade, a custo da exploração das classes subalternas. Atualmente, no modo de produção capitalista global, a dominação se dá em diversos âmbitos da sociedade, como por exemplo os campos econômico, cultural e político.

A autora Ivete Simionatto ao abordar o termo "subalterno", refere-se à submissão de um grupo de pessoas a outro, ou seja, a classe subalterna é a parcela da população explorada, e submetida a uma condição de vida com menor qualidade. No seu artigo "Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana" Ivete irá discutir o papel das classes subalternas nas transformações econômicas, em que condições o processo de sua formação política acontece, e a capacidade que essa classe possui de reivindicar suas próprias pautas, demonstrando que esses processos constroem uma relação dialética com o estado, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis, termos que fazem parte da teoria formulada por Gramsci. Iremos retomar este artigo no decorrer do desenvolvimento deste texto, justamente para ressaltar que é necessário ir além na revisão dos processos de dominação, sendo importante também esclarecer quais as operações político-culturais que a hegemonia, da qual fala Gramsci, exclui ou esconde na história dos oprimidos.

Com a Itália passando por um período de crise política, e posteriormente a ascensão do movimento fascista consolidado no governo de Mussolini, Gramsci fará uma análise deste contexto histórico incorporado ao primeiro desenvolvimento industrial em uma sociedade desigual, inclusive em sua cultura, num processo de instauração do modo de vida moderno. Perante esse contexto, vê-se a necessidade de analisar o poder da classe dominante essencialmente em sua divisão de trabalho manual e trabalho intelectual, observando que o poder da classe dominante não se manifesta mais apenas em suas formas tradicionais, através da violência, opressão e da repressão física, mas esse poder agora também se manifesta de forma ideológica.

A respeito do termo "ideologia", é importante lembrar que Gramsci fora um dos marxistas que não tivera acesso à principal obra de Marx que contribuiu para esse termo, sendo ela a "Ideologia Alemã", produzida em 1845/1846. A contribuição para com o termo permanece inédita, até ser publicado pela primeira vez em russo no ano de 1932 pelo Arquivo Marx-Engels, traduzida para o inglês apenas na década de 60. A teoria da alienação que Marx desenvolve com Engels nesse livro parte do seguinte princípio: "as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes" (MARX, 2007, p. 47), buscando entender como o campo ideal, os valores morais, e as representações, estão relacionados à consciência social referente à sociedade da qual está inserida. Desta forma, Marx aponta para uma definição de ideologia que é expressão da consciência do sujeito que alienou-se de si, isso significa dizer que, aquilo que faz parte das relações estruturais é posta de tal forma para que as determinações que existem sejam inibidas e apresentadas como naturais, tendo como consequência a recepção passiva na consciência do indivíduo perante as ideias. A ideologia vai apresentar uma compreensão distorcida da realidade e colocá-la como inevitável, defendendo uma única concepção de mundo, a da burguesia como classe dominante, como se fosse absoluta, e com isso, opera garantindo a reprodução das relações de domínio.

Gramsci considera o conceito de ideologia enquanto "uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva" (GRAMSCI, 1978, p. 16). A noção básica para se compreender a teoria de Gramsci, é adotar a visão de que "todos são filósofos", a língua como meio de comunicação compreende um conteúdo de uma "filosofia espontânea", expressa na "linguagem, no "senso comum", no "bom senso", e em " todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir" este último chamado por Gramsci de "folclore" (GRAMSCI, 1978, p. 11). É na ideologia que estão embutidas as ações da classe social dominante, portanto ela está presente em todas as atividades humanas, não se resumindo apenas ao campo das ideias, mas presente na prática cotidiana. Com isso, deve-se entender que Gramsci quando fala a respeito da ideologia, se trata de um "movimento cultural" impulsionado por um enunciado teórico, do qual encontra espaço como prática na realidade objetiva. A ideologia dominante é um todo que possui camadas entre a concepção de mundo produzida pelos intelectuais orgânicos da burguesia, até o senso comum pertencente a classe do proletariado que consome dessa concepção de mundo.

O método que Gramsci constrói, rumo à superação das contradições inerentes às sociedades de

classe, se encontra sobretudo na “filosofia da práxis”. Para compreender o funcionamento da filosofia da práxis, é necessário antes esclarecer a noção de “senso comum” do qual aparece na obra de Gramsci, e Ivete demonstra em seu artigo:

Se, por um lado, o senso comum representa um "conglomerado" de concepções fragmentárias e desagregadas, produto de concepções filosóficas pretéritas, de "condições de vida passada [...] conservadoras e irracionais", apresenta-se, por outro, como modo de pensar não "enrijecido e "imóvel", aberto a transformações e enriquecimentos contínuos. O senso comum pode ser entendido, assim, como uma filosofia, mesmo incipiente e fragmentada, pois opina sobre o mundo, formula juízos de valor, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva. Se, para Gramsci (1999, p.325), "todos são filósofos", isto indica que, na ação prática dos homens, "está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia." (SIMIONATTO, 2009, p. 43)

Portanto, o “senso comum” é resultado de um aglomerado de visões de mundo advindas de um processo histórico, que constitui características fragmentadas, não necessariamente expressando ideias e interesses concordantes em seu conteúdo. Assim como nos informa Marx de que as ideias dominantes da época, são as ideias da classe dominante, podemos dizer que o senso comum é a reprodução acrítica e passiva que está além da materialidade posta, se mostrando também, como diz Ivete, nas opiniões sobre o mundo, na “fórmula de juízo de valor”, na “organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva”. Isso acontece porque as relações de produção, pelo menos aos moldes capitalistas, não oferecem ferramentas para que se desenvolva essa crítica, ao contrário, a classe subalterna sempre é colocada simplesmente como um recurso reprodutivo das estruturas de exploração, sendo que quaisquer manifestações de resistência, rapidamente são reprimidas, inclusive no campo intelectual.

É exatamente neste problema que se encaixa a filosofia da práxis da qual fala Gramsci: “uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente) (GRAMSCI, 1978, p. 18). Para nosso autor, essas contradições presentes no senso comum, só serão superadas no momento em que o indivíduo se reconhecer como sujeito político, portador de uma filosofia, ativo e transformador da realidade que está inserido, alinhando a “teoria e prática, teoria e ação política” (GRUPPI, 1978, p. 2) através da crítica e autocrítica constante, com isso, o que se tem por senso comum é superado, chegando ao que Gramsci denomina por “bom senso”, que são os intelectuais orgânicos dos quais estão em constante contato com os problemas da sociedade, ou do grupo de pessoas, que devem ser dissolvidos. Na citação abaixo, veremos uma passagem onde Luciano Gruppi demonstra a importância da filosofia da práxis na teoria de Gramsci:

(...) pode-se compreender o que Gramsci tem em vista quando se refere à tese de Engels, contida no conhecido escrito Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, onde se diz precisamente que o proletariado alemão é herdeiro da filosofia clássica alemã, sendo tal porque realiza na prática as teses da filosofia, resolve e supera na prática aquelas contradições filosóficas que, no plano do pensamento especulativo, não podem ser resolvidas, podendo sê-lo apenas numa nova sociedade, uma sociedade comunista. Aqui a superação das contradições de classe é também a superação das contradições filosóficas, que são, no nível da ideologia, a expressão de contradições sociais não solúveis por via especulativa, mas tão somente por via revolucionária. (GRUPPI, 1978, p. 2).

A mensagem central de Gramsci é que a organização da cultura é “organicamente” ligada ao poder dominante. Os intelectuais não podem ser definidos pelo trabalho que fazem, mas pelo papel que desempenham na sociedade; essa função, de forma mais ou menos consciente, é sempre uma função de “liderar” técnica e politicamente um grupo, quer o grupo dominante, quer outro grupo que aspire a uma posição de dominação. Cada grupo social, surgindo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Gruppi ao definir “O conceito de hegemonia em Gramsci” menciona Marx afirmando existir uma superestrutura moral e política complexa, “que é condicionada por essa base econômica da sociedade” (GRUPPI, 1978, p. 4), logo, a aproximação entre a “teoria e a prática” deve acontecer rumo à “realização da

hegemonia do proletariado”. Gramsci que tem por base Lênin, irá trabalhar com o termo “ditadura do proletariado”, e a necessidade de uma mudança nas estruturas colocando o proletariado na direção do Estado, “já que a hegemonia do proletariado representa transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural (GRUPPI, 1978, p. 2). Essa passagem demonstra que a reflexão gramsciana, leva em consideração o social e o político, vinculados ao fator econômico. Para Gramsci portanto, a forma em que a sociedade se mostra não é simplesmente um reflexo da economia, considerando também as questões culturais e políticas que determinam a reprodução da vida humana, pautando a totalidade, sendo necessário analisar as especificidades da relação dialética entre o que acontece no campo da infra-estrutura e da superestrutura.

Para Ivete, tanto os interesses da classe dominante quanto da classe subalterna, através de um modo dinâmico e processual, irão se encontrar na vida estatal, tendo suas manifestações econômicas e políticas de acordo com o modo de atuar de cada “Estado-nação”, onde a classe dirigente adquire seu domínio através de um consenso dos governados. Ela diz:

Ao assimilar em seu interior as diferentes camadas de classe, o Estado burguês amplia seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, no sentido de evitar que a ordem seja colocada em perigo. No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômicocorporativos. (SIMIONATTO, 2009, p. 3)

É no Estado que se abarca a classe dominante e seus aliados. O Estado dita as concepções de Direito, Política, Economia, Educação e Ética, adquirindo uma formalidade jurídica, projetada para a sociedade como um todo. A unidade entre as classes dirigentes no Estado, ocorre como resultado da relação orgânica entre o próprio Estado, a sociedade civil e a sociedade política, onde a classe subalterna só abandonará sua posição subordinada permanentemente quando ambos ocuparem o Estado. Citando Gramsci, a autora demonstra que os interesses das classes subalternas são atropelados pelas formas de autonomia de classe na atividade estatal, isto é, existe uma centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes. É então, neste processo em que são bloqueados quaisquer avanços da sociedade civil em direção a superação de dirigentes e dirigidos, tornando indistintas as diferenças de classe. “A incorporação da sociedade civil à esfera estatal ocorre através de diferentes mecanismos, especialmente na formação da opinião pública enquanto estratégia de fortalecimento da hegemonia política por parte do Estado em assuntos de seu interesse. (SIMIONATTO, 2009, p. 2)”

Tendo por base essa definição de “hegemonia” do qual Gramsci fora essencial para darmos sequência, veremos a seguir como o conceito de hegemonia é aplicável a conjuntura brasileira, principalmente aos moldes da recente democracia conquistada no início dos anos 80. Para isso, traremos o termo trabalhado por Francisco de Oliveira, chamada a “hegemonia às avessas” colocando em questão a complexa conjuntura nacional que apresenta um cenário diverso no cenário político do Brasil.

2. A “hegemonia às avessas” no Brasil

No livro “a hegemonia às avessas”, a autora Leda Maria Paulani antes mesmo de mencionar a hegemonia, nos apresenta a definição do que é “estado de sítio” ou, “estado de emergência” ou, até mesmo aparecendo como “estado de exceção”. Estado de sítio é quando há uma situação de perigo para a ordem pública e o Estado utiliza da sua autoridade sobre um regime jurídico, podendo estabelecer decretos, e restrições às liberdades individuais dos cidadãos. Os direitos normais dos cidadãos logo, não podem ser assegurados por causa de um risco maior, como por exemplo: guerra, invasão, ou endemia. Essa prática não é novidade na história, a autora lembra que Marx retratou no “18 Brumário” as condições em que fora imposto o estado de sítio na França em 1849, promulgando as leis francesas no período da fundação da república burguesa, onde se concretiza a ideia de “estado de sítio político” (PAULANI, 2010, p. 112). Outro exemplo é quando “Hitler promulgou, no dia 28 de fevereiro, o *Decreto para a proteção do povo e do Estado*” (PAULANI, 2010, p. 113), dando sequência ao Terceiro Reich que durou doze anos, por conta de um decreto que nunca fora revogado.

Se o “estado de emergência” permite que o Estado tome decisões para além do que está previsto nos

direitos assegurados pelas leis, a própria situação de risco é utilizada como uma justificativa para tornar o que era uma conjuntura passageira, ou melhor, um período de exceção, a constante busca de sanar a necessidade dessa conjuntura, tornando-a definitiva. O Estado moderno inclui a necessidade na ordem jurídica, assim a necessidade é a própria fonte da lei, tornando o estado de sítio (também “estado de emergência” ou “estado de exceção”) uma técnica de governo. A necessidade que faz a lei na Primeira Guerra Mundial, ou seja, a própria guerra, veta os poderes legislativos do Parlamento, para que o Executivo opere através de decretos, sendo o estado de sítio usado como um recurso de última instância diante da sociedade exposta a uma ameaça. Segundo a autora “trata-se de legalizar a suspensão da legalidade, tornar um direito a suspensão dos direitos, tornar regra a exceção” (PAULANI, 2010, p. 112).

Se a Primeira Guerra mundial torna a utilização do estado de exceção uma prática comum, a crise econômica dos anos 1930 abre as portas para Franklin Delano Roosevelt, na época o presidente dos Estados Unidos, apoderar-se da conjuntura utilizando o estado de emergência para declarar comando completo do exército e “todos aspectos da vida econômica do país”, contra a emergência que surgia, no caso a “emergência econômica”. Novamente utilizando as palavras da nossa autora isso ocorre “para produzir uma situação em que a emergência se torne a regra” onde “não se consiga mais distinguir um estado do outro” (PAULANI, 2010, p. 115). Roosevelt ao declarar guerra contra essa emergência, para Leda, caracteriza “a política durante todo o século XX”, inclusive com influência na história do Brasil.

A história brasileira, desde a crise do início dos anos 1980, em particular depois da queda da ditadura militar e do estado de exceção jurídico que ela protagonizou, é um exemplo paradigmático de surgimento de um estado de emergência econômico e das diatribes dos governos democráticos que então assumiram o poder, em especial o de Lula e a hegemonia às avessas que ele patrocina, para transformar em regra a emergência, fazendo da exceção o paradigma de governo. (PAULANI, 2010, p. 115)

Tendo introduzido o conceito de “estado de exceção” do qual Leda trabalha no “hegemonia às avessas”, a autora em seguida apresenta um panorama do cenário brasileiro, mais precisamente em sua formação após o fim da ditadura militar onde se começa uma nova organização das correlações de forças que irão ocupar o então novo governo democrático. O Brasil na década de 80 perpassa por uma transição entre a perspectiva desenvolvimentista da ditadura militar, do qual deixa uma dívida externa enorme, para acatar a noção de que é necessário trazer o país de volta a lógica do mercado internacional, para adquirir novamente o controle da economia. O fracasso do Plano Cruzado, o problema da inflação, e as crises do qual passava o país resulta em uma visão negativa a respeito do Estado e as empresas estatais, dando abertura ao pensamento neoliberal.

Fundamentando-se na ideia de que o capitalismo financeiro é predominante em escala global, Coutinho ao trazer o termo “hegemonia” de Gramsci, apresenta o neoliberalismo como a ideologia dominante hegemônica no período denominado “servidão financeira”. Isso porque a década de 80 foi demarcada pela expansão do neoliberalismo, se iniciando nos governos da Europa, seguindo nos países de capitalismo periférico. Nos países da América Latina aconteceu o que popularmente é chamado de “laboratório neoliberal”, inicialmente a Escola de Chicago encontra grande influência no Chile para atribuir a crise econômica ao intervencionismo do Estado nas atividades privadas, a conjuntura geopolítica com isso, é favorável para que a teoria neoliberal constituída pela Escola de Chicago nos Estados Unidos anos antes, se desenvolva aos demais países da América Latina além do Chile, como México, Argentina e mesmo o Brasil. Esses países foram submetidos à medidas na economia que tiveram por base reformas estruturais e políticas de estabilização monetária, implantando restrições ao Estado, privatizações, abertura ao mercado externo, reforma trabalhista e redução com os gastos públicos.

Dessa forma, cria-se um contexto onde por conta das emergências econômicas que surgiam, como por exemplo a inflação e o problema monetário, surge do mesmo modo a necessidade desses problemas serem sanados, e considerando que a ditadura militar foi apoiada principalmente pelos Estados Unidos, o Brasil nesse período de transição do fim da ditadura militar para uma democracia, está diante de um país que possui forte controle sobre o mercado internacional e uma política externa alinhada a estratégias econômicas agressivas contra países de capitalismo periférico. Além disso, os partidos da esquerda brasileira se recuperava de uma violenta repressão durante o regime militar, esse campo fora submetido a assassinatos, cassações e censuras, exemplo os movimentos mais próximos às massas, que teve seus líderes de movimentos populares assassinados, como o Partido dos Trabalhadores, “entre 1975 e 1989 foram assassinados 1377 trabalhadores

em conflitos agrários” (SECCO, 2018, p. 46), e também tem-se como exemplo o Partido Comunista Brasileiro do qual passou grande parte de sua existência na ilegalidade, “se não foi, esteve muito perto de ser um partido de massas num de seus curtos períodos de legalidade (1945-1947)” (SECCO, 2017 p. 31).

O âmbito da política econômica do Estado e todo Sistema Jurídico, sobre o período de estado de emergência que surge com o fim do período ditatorial, irá definir os direitos fundamentais de cada sujeito a fim de defender os meios privados das relações, que vão sustentar os setores da sociedade que se beneficiam da política neoliberal. O fator econômico no sistema capitalista é base para se compreender a correlação entre o neoliberalismo que ganha força no Brasil e o interior da vida cotidiana da sociedade civil. Diante de uma sociedade dividida em classes, o fator econômico encontrará diferentes formas de dominação em cada classe. A teoria neoliberal é o fator superestrutural ideológico que atua pela legislação nas classes subalternas através de reformas como a “reforma da previdência” e a do “ensino médio”. Como no estado de exceção os direitos dos cidadãos não são assegurados pelas leis, no Brasil a chegada do neoliberalismo em 1989, acirra os ataques contra a classe trabalhadora, se mostrando no campo infra estrutural, se demonstrando por exemplo quando a esquerda brasileira se afasta da radicalização, e passa a apostar em uma saída pelas instituições e o sistema burocrático da qual se sustenta a democracia.

Ainda nesse período da redemocratização no Brasil na década de 80, pode-se dar créditos nessa luta o movimento das “Diretas Já” de grande adesão popular, porém é necessário destacar que também obteve adeptos nas bases parlamentares. Segundo o artigo “Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites”, “na constituição do Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas, estavam os principais setores oposicionistas ao regime militar – PMDB, PDT, PT. ‘Também contribuíram fortemente para difusão do movimento o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), naquela época ilegais’”. Isto é, o Estado brasileiro que estava se formando em uma democracia, abarcava os interesses tanto da classe dominante, visto o apoio dos parlamentares, quanto das classes subalternas, partindo de partidos populares neste período como o PT e o PCB, isso quer dizer que este é um Estado pertencente a uma sociedade em classes.

Nesse caso, recorrendo novamente ao artigo, “o Estado capitalista é o principal organizador dos interesses políticos das classes dominantes, ao mesmo tempo em que desorganiza as dominadas”, vemos que a medida que a sociedade civil se reorganiza, pois o modelo ditatorial não atende mais aos seus interesses, o Estado cede um espaço a essa luta política das classes subalternas (vendo que o PT na década de 80 começa a eleger governadores e ganhar prefeituras). Porém submetido às insurgências da “emergência econômica”, e como lembra Paulani, o período de “estado de exceção”, que o fim da ditadura demarcava através da crise econômica e política, o Estado brasileiro busca no modelo neoliberal a saída para os detentores dos meios de produção burgueses, melhor dizendo, a burguesia como classe dominante manterem a sua hegemonia econômica, buscando atender aos interesses do mercado internacional (onde, na América Latina o neoliberalismo se encontrava em crescimento). Para Leda Paulani “o discurso neoliberal no Brasil começou a se afirmar e a fincar raízes nas eleições presidenciais de 1989 (...) o país ficou dividido entre o discurso ‘liberal-social’ de Fernando Collor de Mello e o discurso popular e democrático de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT)” (PAULANI, 2010, p. 119). Foi nas eleições de Collor que medidas com viés neoliberal predominaram na política brasileira, como visto na passagem seguinte:

Desde a eleição de Collor, passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos público, abrir a economia etc. Os ganhos prometidos iam dar lugar ao sol no mercado global ao desenvolvimento sustentado, da manutenção da estabilidade monetária à distribuição de renda, da evolução tecnológica à modernização do país. (PAULANI, 2010, p. 119)

Retomando esse contexto em que se passa o final da década de 80, a criação de uma nova Constituição, e a conquista do direito ao voto direto demonstra um grande avanço na luta política da população brasileira. Por outro lado a adoção de um governo neoliberal pela via eleitoral colocando Collor (do PSDB) na presidência. demonstra que a luta da esquerda radical não acabava nas urnas. Vê-se que a estruturação do neoliberalismo no Brasil, tratou de conservar o avanço do capitalismo através das privatizações e da diminuição da participação do Estado na economia. Em 1992, após o Impeachment de Collor, Paulani apresenta uma mudança feita pelo Banco Central, do qual “abriu possibilidade de qualquer agente fosse ou não residente, enviar livremente recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não residente” (PAULANI, 2010, p. 120), apontando a forma irregular desse processo, ultrapassando o Congresso. Nas eleições de 1994, impulsionado pelo êxito (temporário) do Plano Real, o PT foi

novamente vencido pelo projeto neoliberal, dessa vez através da candidatura de Fernando Henrique Cardoso (do PSDB) com a promessa de modernização do país. Pode-se dizer que as relações políticas estabelecidas no país nos primeiros anos de democracia, trataram de resolver o problema econômico que o país passava desde a dívida externa provocada pela ditadura, até o problema inflacionário, e a desestabilização monetária, visando “superar” o estado de exceção.

Nesse sentido, Coutinho (2010, p. 29) ao analisar a hegemonia no Brasil, recorda uma passagem de Gramsci a respeito da diferença entre “grande política” e “pequena política”:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico - sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. (GRAMSCI, 1999-2003, p. 21)

Tendo por base a definição de “grande política” da qual nos recorda Coutinho, temos no Brasil, a grande política agindo nessas relações político-sociais de forma que sustente as relações econômicas através de governos que representavam os interesses da burguesia pelos governos de Collor, Itamar e FHC - PSDB ficou 8 anos antes da vitória do PT -, dos quais nem mesmos foram suficientes para estabilizar a crise. Nas eleições de 2002 portanto, a presidência ainda não teria sido ocupada por um partido de massas, inseridos na luta sindical e que pautasse as demandas diretas dos trabalhadores. De fato, as questões ligadas à “pequena política” são relacionadas a pautas imediatas da sociedade e precisavam de atenção, como por exemplo o alto índice de pobreza, de analfabetização, e a falta de acesso à saúde pública, pontos que são tocados nas pautas levantadas pelo Partido dos Trabalhadores na campanha de 2002. Para Paulani:

Quando Lula assume e abraça com determinação inimaginável o receituário ortodoxo de política econômica, o discurso oficial justificou tudo isso com a tese de que estávamos à beira do abismo, a economia brasileira derreteria como manteiga e desfazia-se como gelatina, ou seja, estávamos num típico estado de emergência que implicaria a admissão, mesmo por um governo “de esquerda”, mesmo por um governo do PT, de medidas mais duras possível. (PAULANI, 2010, p. 123)

Temos aqui, a inestimável ação do Partido dos Trabalhadores, de tratar as questões ligadas à pequena política, como “uma questão administrativa” (OLIVEIRA, 2010, p. 25) dentro das relações de produção que sustentam o capital. O PT se distancia dos setores mais à esquerda que defendiam a revolução e a ditadura do proletariado, ao contrário, coloca ao cargo do Banco Central, Henrique Meirelles do partido de oposição PSDB, dando sequência ao projeto econômico neoliberal. A autora Leda Paulani recorda de um episódio em 2004, onde ocorreu “a designação, por Medida Provisória (MP) (...) do status de ministro ao presidente do Banco Central” sobre a denúncia de “falsidade ideológica e sonegação fiscal”, alegando que “a MP que salvou a pele do presidente do Banco Central foi um claro sinal de que o suposto estado de emergência é na realidade, o estado permanente, em que o rompimento das regras não é exceção, mas a norma.”

O autor Nelson Coutinho, ao analisar a chegada do PT ao poder em 2002, e sua reeleição em 2006, na “era da servidão financeira” identifica que é necessário retomar termos de Gramsci como “revolução passiva”, “reforma”, e “contrarreforma” para entender como acontece a hegemonia neoliberal. Para Coutinho, passamos por um período de re-significação do termo “reforma”, antes ligadas às classes subalternas: “o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, e controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle.” (COUTINHO, 2010, p.35). Ainda sobre as palavras de Coutinho, “ ‘reformas’ que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados de ‘emergentes’) - tem por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo ‘selvagem’ ” (COUTINHO, 2010, p.37), nesse caso podemos destacar a Reforma da Previdência efetuada no governo petista em 2003. Agora, a “revolução passiva” e a “contrarreforma” da qual fala Gramsci e retoma Coutinho, tem “a diferença essencial” que “reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’ - mas que ‘acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo’ -, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho”, por isso Coutinho irá definir a eleição e reeleição do PT, como uma “contrarreforma”,

pois:

Essa restauração se articulou com momentos de revolução ou, mais precisamente, de reformismo, no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção, pelos governos capitalistas, de elementos de economia programática. (COUTINHO, 2010, p.36)

A resistência das classes subalternas demonstra a necessidade de uma transformação no cenário político, e como diria Gramsci as “restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo”. A “contrarreforma” portanto, “conserva” ou “restaura” as velhas estruturas, partindo de programas como “Bolsa Família”, o “Fome Zero” e o “ProUni”, que são políticas sociais paliativas, inclusive apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial, representando a “economia programática” da qual adota o governo petista, parte de um projeto neoliberal apoiado pelos setores burgueses. Isso significa dizer que a grande política como a expressão cultural da pequena política, continua sustentando um modo de produção e as relações de produção que permanece favorecendo a burguesia como a classe dirigente, a exploração permanece e “a luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas na defesa daqueles já conquistados no passado”. Temos aqui o fenômeno que Coutinho irá denominar como “a hegemonia da pequena política”, “quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elite, que convergem na aceitação do existente como algo ‘natural’” (COUTINHO, 2010, p. 31).

Repetindo: existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da “democracia” pelos teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. (COUTINHO, 2010, p. 32)

Tanto o que Coutinho irá chamar de “hegemonia da pequena política”, quanto o que Francisco de Oliveira denominou de “hegemonia às avessas”, trata-se desse cenário político, social, e cultural brasileiro, onde existe uma “salada de coligações e coalizões” existentes nos estados e na “renovação no Congresso” (OLIVEIRA, 2010, p. 21). Não se trata mais de uma ideologia pertencente aos “ricos” e outra pertencente aos “pobres”, as discussões assim se resumem nas questões da vida cotidiana, e não apresentam um projeto de sociedade que supere as contradições dessa realidade. Voltando aos termos gramscianos, a possibilidade da construção da “contra-hegemonia” é eliminada através dessa despolitização da massa. A hegemonia nesse contexto, se encontra operante através de programas despolitizados, que trata a classe trabalhadora como um mecanismo, funcionalizando a pobreza, tal como o bolsa família. É a política neoliberal que encontra um consenso entre os dominantes e dominados dentro do sistema capitalista.

Este “consenso” ou “consentimento” segundo Chico, é um “produto de um conflito de classes, em que os dominantes, ao elaborarem a sua ideologia, que se converte em ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas a sua imagem e semelhança” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Para concluir a questão da hegemonia no Brasil, antes de darmos sequência focando mais nos governos de esquerda, deixo em destaque mais uma citação de Oliveira a respeito de sua definição de “hegemonia às avessas”:

Nos termos de Marx e Engels, da questão “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. (OLIVEIRA, 2010, p. 27)

3. O neoliberalismo e os governos de esquerda no Brasil

É notória a mudança de orientação política do Partido dos Trabalhadores, começando como um partido advindo do movimento operário acabando por seguir a saída neoliberal em sua governança. Nessa política de alianças, apesar do discurso hegemônico partir das classes subalternas, são os interesses das classes dominantes que se sobressaem aos das camadas populares, em decorrência do fenômeno que denominamos

anteriormente por “hegemonia às avessas”, mudando completamente o direcionamento que tomam os “movimentos sociais e o panorama político e ideológico do Brasil.” (BOITO, 2003, p.2). Esse cenário decorre de ene fatores para além da própria transformação do PT, iremos elencar nesse texto algumas dessas transformações utilizando principalmente o artigo de Armando Boito “a hegemonia neoliberal no governo Lula”.

O neoliberalismo encarrega de representar os interesses da burguesia, do qual vê os serviços públicos e os direitos sociais como custosa e desnecessária. Sendo assim, grandes investimentos são feitos no setor privado da classe média, sendo este de alta qualidade, enquanto que o patrimônio público se encontra em decadência e condições de recursos muito precárias. Boito nos aponta para o fato de que, o neoliberalismo cria uma espécie de “cidadania dual” (BOITO, 2003, p. 3), onde a alta classe média se depara com “uma espécie de reserva de mercado dos postos de trabalho mais bem remunerados” (BOITO, 2003, p. 4), ou seja, os serviços públicos estão ao alcance dessa classe, ao mesmo que a posição social do seu posto de trabalho lhe permite um certo “conforto”, que quer dizer que lhe sobrar capital para ter acesso a uma saúde, educação e previdência privada, de alto rendimento.

É por isso que não existe movimento ou ações dessa fração da classe média contra os preços cada vez mais elevados da escola privada e das empresas de saúde. Apesar de tais preços pesarem cada vez mais em seus orçamentos domésticos, esse setor social continua avaliando que esse é um custo que deve ser suportado para manter a sua posição econômica e social. Essa fração abastada da classe média voltava, majoritariamente, contra o PT, mas na medida em que o candidato Lula começou a mudar o seu discurso já durante a campanha e que o seu governo revelou-se um continuador de FHC, os abastados da classe média iniciaram um movimento de aproximação e de apoio ao governo - movimento cuja amplitude e solidez ainda é impossível verificar. (BOITO, 2003, p. 4)

O neoliberalismo no Brasil se apresenta no discurso das camadas populares mesmo que não condiga com a sua realidade, resultado de uma nova hegemonia burguesa que tem por base o capitalismo neoliberal dependente. Dado isso, o autor coloca o PT como “um episódio de importância maior” nesse processo de estruturação da hegemonia, quando se coloca a mercê do livre mercado. Mas se atenta a pensar a hegemonia de forma mais distante da sua manifestação cultural, não se conformando também “a um modelo progressista que desenvolve as forças produtivas e distribui renda”, para poder trabalhar com uma visão mais mecânica da estrutura que se concretiza o neoliberalismo, e como ele se materializa no dia-dia da massa operária. Diante dos retrocessos que a esquerda brasileira vem sendo submetida, há uma dificuldade de considerar que o modelo neoliberal possua impacto popular, e segundo Boito seu método de análise é necessário “para se compreender o tipo de hegemonia burguesa que se instaura com o capitalismo neoliberal” (BOITO, 2003, p. 5). Dessa forma, destrinchando melhor as diversas particularidades das quais ocorreram o processo de estruturação do neoliberalismo no Brasil.

Também é necessário ressaltar que a dominação na forma da hegemonia às avessas, se encontra mais distante da definição de hegemonia do próprio Gramsci, isso porque no Brasil a hegemonia “nem sempre se baseia no que Gramsci chamou de ‘ideologias orgânicas’, aquela expressa de modo claro e sistemático a concepção do mundo das classes sociais fundamentais” (COUTINHO, 2010, p. 30). Vejamos o que Boito tem a colaborar sobre a hegemonia:

Esse raciocínio é prisioneiro da concepção de hegemonia que aparece nas formulações sintéticas de Gramsci nos Cadernos do Cárcere. Nessas passagens, a hegemonia é apresentada como adesão positiva e ativa das classes subalternas aos valores e ideias da classe dominante, adesão motivada por ganhos materiais reais obtidos pelos trabalhadores. Ora, de fato, não é isso que ocorre com a hegemonia neoliberal. Aqui, não há ganhos efetivos para as classes populares e a adesão ao neoliberalismo pode se apresentar, não só como adesão positiva e ativa, mas também, dependendo do setor popular considerado, como adesão negativa, como ilusão ideológica ou como neutralização política. Desse modo, torna-se possível, segundo consideramos, pensar uma hegemonia regressiva, instável, cujas relações diferenciadas com distintos setores populares convergem, apesar de sua heterogeneidade, para algum tipo de sustentação política do neoliberalismo no meio popular. (BOITO, 2003, p. 5)

No livro “a história do PT” Secco aponta três fontes consideráveis na formação do PT, “a igreja progressista, os remanescentes dos grupos da luta armada e o novo sindicalismo” (SECCO, 2018, p. 26). Ao tratar o tema do “novo sindicalismo”, Boito, perante a recém vitória de Lula na presidência em 2002, irá se

aprofundar nas correntes que compõem a CUT e a sua posição social entre as camadas populares. O autor concluiu que os sindicatos são, em sua maioria, pertencentes a uma camada de trabalhadores assalariados de maior renda que a massa operária, e trabalham normalmente em "montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, por petroleiros, por bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores." (BOITO, 2003, p. 5) Os componentes do movimento sindical, portanto, obtêm de condições de vidas razoáveis comparados ao restante da população, resultado de uma luta política que conquistou melhores condições de trabalho. "Os trabalhadores das montadoras, os petroleiros e os bancários estão representados no cenário sindical pela corrente Articulação Sindical, que é a corrente hegemônica da CUT." (BOITO, 2003, p. 6)

A reconhecida "Carta ao Povo Brasileiro" lançada pelo Partido dos Trabalhadores em junho de 2002, deixou claro o plano de governo que estaria em curso. A "Carta" ressaltou pontos como a redução da taxa de juros, a valorização do agronegócio, e o equilíbrio do superávit primário, demarcando o controle com os gastos públicos. Utilizando as palavras de Lincon Secco, "é que a esquerda ganhou parte do poder mas perdeu a hegemonia para os 'ideólogos dos mercados financeiros'" (SECCO, 2003, p.). Segundo Boito, a equipe governamental que assume o ministério no primeiro ano de governabilidade "é formada por sindicalistas egressos da corrente Articulação Sindical - os ministros do Trabalho (petroquímico), da Previdência (bancário), da Fazenda (médico), da Comunicação Social (bancário), das Cidades (bancário), e o próprio Presidente da República (metalúrgico)." (BOITO, 2003, p.)

Quando adentramos no texto do Boito, e o processo hegemônico dentro da sociedade brasileira, vê-se um setor da massa operária, que não deixa de estar submetido num contexto de exploração, mas que possui as condições de vida necessárias para desfrutar parte dos privilégios dos campos privados, sendo assim, inserido numa realidade que parte de uma visão neoliberal das relações de produção. O sujeito neste caso, diante da situação precária dos serviços públicos vindo do Estado, acata como justo o custo dos serviços particulares. Tendo como base o argumento de Boito, os sindicalistas (mencionados nos cargos burocráticos por Boito) atingem exatamente essa parcela da população com postos de trabalhos mais elevados e com acesso a luta sindical.

Enquanto discorremos a respeito da hegemonia em Gramsci, a classe dirigente que detinha dos aparelhos hegemônicos da sociedade, ocupava fisicamente esses cargos e as direções do Estado. Por outro lado, no Brasil, mesmo os mais altos cargos da burocracia ocupados pela classe subalterna, não são capazes de decidir a política econômica, é por isso que denomina-se essa democracia que ascende após o período ditatorial de "democracia burguesa", onde todo o sistema jurídico favorece através de meios legais a sustentação do setor econômico voltado para o acúmulo de capital dos monopólios privados, retornando a classe trabalhadora apenas recursos mínimos para a condição de sua sobrevivência. A partir da análise de Boito, podemos observar que a heterogeneidade da classe média brasileira possibilita o fenômeno da hegemonia às avessas, onde parte dos dirigentes do Executivo federal são sindicalistas que ocupam cargos da burocracia pública, porém que acordam em deixar a política econômica e social aos ministros que representam o projeto da burguesia.

Os sindicatos nesse caso, serve como uma ponte entre o neoliberalismo e o movimento político-cultural das classes subalternas, isso pois a burocracia adotada pelas relações sindicais é vista como uma saída para melhorar as condições de vida da população, sendo essa pauta guiada por aqueles trabalhadores que já possuem uma qualidade de vida estável comparada a periferia pobre, que é incluída nessa concepção, principalmente pelas intervenções de cunho popular, como o "Bolsa-Família" e o "Fome Zero", projetos aplicados pelos governos de esquerda no Brasil mas são parte da política de mercado apoiado pelos Bancos Centrais. Esses programas funcionam de modo a instrumentalizar a pobreza, e de certa forma tem impacto na vida das pessoas são recebem de seu benefício, mas que não são incluídas no debate político e na luta direta pelos seus direitos e na transformação de sua realidade.

4. Conclusão

Conforme a formação da burguesia nacional em sua história tenha tomado tamanhas proporções de dominação, ao final do período ditatorial, vê como saída para a manutenção de sua posição, o neoliberalismo, tomando formas primeiramente nos governos de Sarney, Collor, Itamar, e FHC, dos quais se viram insuficientes para a estabilização da crise econômica e política, e em seguida, nos governos de esquerda no Brasil, tal como

o governo de Lula e Dilma. Perante tais transformações na política brasileira desde a crescente política neoliberal nos anos 90, pode-se concluir que o Partido dos Trabalhadores, como um partido que tenha atingido proporções da massa que outros partidos de esquerda não foram capazes de atingir, fora um elemento crucial nas direções políticas-econômicas e culturais no país, inclusive, assim como explicitado anteriormente, por aplicar no período de sua governança medidas que garantiram que o projeto neoliberal seja realizado.

A ascensão do PT e sua política de conciliação, logo, demonstra que o movimento das classes subalternas, já saturada da repressão sofrida no Regime Militar, se apresenta forte suficiente para reivindicarem mudanças no cenário social, ou seja, a “direção moral” da qual fala Oliveira, porém, a construção dessa classe ocorre de forma que não seja capaz de transformar a raiz de sua condição subalterna, que acontecem no campo das relações econômicas. A política econômica na mão das classes dominantes é parte do consentimento desse conflito de classes, limitando a pauta da esquerda, como mera administração do existente, ou melhor dizendo, acontece a “contrarreforma” que está falando Coutinho, onde se vê adesão de novas pautas, porém a conservação das estruturas capitalistas.

A “Hegemonia às avessas” ocorre conforme aplicadas as medidas compensatórias no governo do PT, afasta a classe dominada de um processo de politização, excluindo a possibilidade da qual fala Gramsci de tornar o sujeito um sujeito político de consciência crítica, ativo nas decisões do Estado. É dessa forma que o neoliberalismo se torna presente no senso comum, quando a esquerda brasileira passa a apostar numa melhoria pelas instituições burocráticas, onde a realidade dos setores populares se constrói a partir das medidas neoliberais, e passa a ser influente na construção do pensamento da sociedade. O neoliberalismo, logo, é o pensamento que sustenta a burguesia, mas que constrói seu consenso entre os dominados, assim diria Oliveira: “os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas a sua imagem e semelhança” (OLIVEIRA, 2010, p. 26)

Referências Bibliográficas:

- OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, setembro de 2010.
- SECCO, Lincon. História do PT. 5 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- GRUPPI, Luciano. O conceito e hegemonia em Gramsci. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1978.
- BOITO, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Artigo publicado na revista Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.
- CHALOUB, Jorge. LIMA, Pedro. PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF. 2018.
- CHAUÍ, Marilena. Aula de Marilena Chauí sobre Antônio Gramsci. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gmCebWEqTYI>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. São Paulo. Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.